

Comunidades em busca de Justiça Ambiental

Mensagem do VI Encontro Nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental

Nossos rostos

Somos integrantes de movimentos sociais do campo, da floresta e da cidade, de povos e comunidades tradicionais, de organizações não governamentais e pesquisadores, moradoras e moradores de zonas de sacrifício ou ameaçadas pelo modelo atual de desenvolvimento: agricultoras(es), brejeiras(os), catadoras(es) de caranguejos, geraiseiras(os), quilombolas, marisqueiras(os), pescadoras(es), povos indígenas, povos de terreiro, ribeirinhas(os), vazanteiras(os), militantes de organizações da sociedade civil, religiosas(os), estudantes, pesquisadoras(es), professoras(es) comprometidos com a luta por Justiça Ambiental.

*Não acreditamos no desenvolvimento que querem nos impor à força!
Não é possível crescer sem limites.*

E não é verdade que as consequências disso serão divididas em partes iguais. A poluição não é democrática, não atinge a todos de maneira uniforme: o lixo cai sempre no quintal dos mais pobres! Assim, os territórios e os bens naturais dos pequenos parecem valer menos do que aqueles possuídos pelos poderosos, principalmente quando são por estes cobiçados. Se o capital cresce, é à custa dos mais pobres e esse des-envolvimento nos exclui. As grandes corporações não têm rosto, o Estado não olha em nossos olhos. Aliados, empresas e Estado, mudam as regras do jogo em favor dos grandes empreendimentos e contra a vida dos povos.

Mudam as regras e as “soluções” são falsas

O Código Florestal foi alterado para favorecer o agronegócio. O Marco Regulatório de Mineração está sendo adaptado aos interesses das mineradoras. Terras indígenas e quilombolas não são demarcadas, uma série de Propostas de Emendas Constitucionais tramita no Congresso para dificultá-las ainda mais e as obrigações de consulta aos povos tradicionais que a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho impõe são desrespeitadas.





Audiências públicas não servem para ouvir a população, mas para legitimar violências contra ela.

Reivindicar direitos se transforma em crime: no limite, podemos negociá-los. Representantes do Ministério Público (MP) têm abusado de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) que não garantem direitos de comunidades prejudicadas por projetos desenvolvimentistas. Até parceria com o Banco Mundial setores do MP têm feito, para garantir “boa governança” nos conflitos.

Nessas negociações quem perde são os mais frágeis e desprotegidos. Se diz que há diálogo, participação, horizontalidade, mas quem decide são os poucos que conhecem as regras e manipulam os interesses. Quando essa manipulação não funciona, invocam o fantasma da crise: “Não terá mais energia, precisamos de mais usinas hidrelétricas e nucleares, mais petróleo, mais gás!”. Ou, também: “Faltarão alimentos, precisamos do agronegócio, dos transgênicos e dos agrotóxicos!”.

Falsas soluções, como economia verde, compensações ambientais e responsabilidade social empresarial, na verdade servem para expandir negócios e lucros. Crescem, assim, degradações irreversíveis de bens comuns tais como solo, subsolo, matas, águas, o habitat das espécies, a comprometer ainda mais o presente e futuro de povos inteiros e das futuras gerações. Se, mesmo assim, os objetivos dos poderosos aliados custam a se realizar, passa-se à criminalização e perseguição de quem critica os grandes projetos de crescimento. Há violência física e simbólica, ameaças, espionagem e até mesmo prisão e assassinato de militantes.

A ciência hoje sustenta um pretenso discurso de neutralidade. Mas a maior parte das pesquisas, dos pareceres técnicos e dos cursos acadêmicos são submissos ao modelo hegemônico de desenvolvimento, que considera os bens naturais como mera mercadoria. Por isso, sentimo-nos aliadas(os) às(aos) pesquisadoras(es) que acreditam na Justiça Ambiental e a ela se dedicam. *A ciência que acreditamos alimenta-se a partir de diversos saberes, incluindo os dos povos que muito têm a contribuir na construção de uma sociedade fundada sobre outros valores éticos, para além do mercado.*



Queremos existir

Temos outra compreensão de nosso espaço e nosso tempo. O território em que vivemos molda nossas identidades: a ele pertencemos, é parte de nós. É a última trincheira contra a devastação neoliberal: não deixaremos invadir nosso espaço vital, nem contaminar nossa cultura!

Nós, atingidas(os), somos sujeitos políticos com faces e corpos, ameaçados por sermos “entraves ao crescimento”. Se o Estado e o grande capital se aliam, nós não queremos somente resistir. Queremos existir, quer dizer, mostrar que outra existência é possível, uma outra história pode crescer, profundamente enraizada na terra em que vivemos!

Temos pensamentos e práticas coletivas e solidárias; conhecemos experiências alternativas (novas e tradicionais) de produção; estamos comprometidos com agroecologia e reforma agrária, soberania alimentar, demarcação das terras indígenas, reconhecimento dos territórios quilombolas e dos direitos dos povos tradicionais.

Queremos participar nas decisões políticas e acreditamos nos mecanismos de controle social, nas alianças em rede, no intercâmbio e na solidariedade entre comunidades que resistem/existem e os movimentos e organizações sociais que denunciam as violências desse modelo e buscam uma vida digna e justa para todas e todos.

Lutamos, enfim, pelo envolvimento que nos fortalece e nos valoriza enquanto sujeitos de direito: povos da floresta, do campo e da cidade que constroem cotidianamente alternativas ao atual modelo de desenvolvimento a qualquer custo.

Rede Brasileira de
Justiça Ambiental
www.justicaambiental.org.br

A carta política do VI Encontro Nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental está disponível na íntegra em: <http://redejusticaambiental.wordpress.com/>

